

O LUGAR DO BRASIL NO MUNDO

Amostra

O LUGAR DO BRASIL NO MUNDO

Passado, Presente e Futuro

Rubens Barbosa



Rio de Janeiro, 2026

O Lugar do Brasil no Mundo

Copyright © 2026 Edições 70.

Edições 70 é um selo da Editora Almedina do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).

Copyright © 2026 Rubens Barbosa

ISBN: 978-65-5427-349-7

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2026 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B2381

1.ed. Barbosa, Rubens

O lugar do Brasil no mundo: passado, presente e futuro / Rubens Barbosa. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Edições 70, 2026.

360 p.: il.; 16x23 cm.

ISBN 978-65-5427-349-7

1. Relações internacionais - Brasil. 2. Política externa - Brasil. 3. Geopolítica - Brasil. 4. Globalização. I. Título.

CDD 327.81

Índice para catálogo sistemático:

1. Relações internacionais - Brasil - 327.81 2. Política externa - Brasil - 327.81 3. Geopolítica - Brasil 327.1

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Vendas Governamentais: Cristiane Mutús

Editor da Obra: Rodrigo Mentz

Produtora Editorial: Catia Soderi

Revisão: Ana Carolina Oliveira



Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré

CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)

Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419

www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br

Ouvidoria: ouvidoria@altabooks.com.br



Editora
afiliada à:

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
--------------------	---

ONTEM

POLÍTICA EXTERNA DE UM PAÍS INDEPENDENTE	15
200 ANOS DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E OS EUA: ENCONTROS E DESENCONTROS	52
O LUGAR DO BRASIL NO MUNDO NO TERCEIRO GOVERNO LULA...	79
O ESVAZIAMENTO DO ITAMARATY E O INTERESSE NACIONAL	101
BASTIDORES DA CRISE DAS URNAS ELETRÔNICAS.....	111
MISSÃO À CHINA.....	118

HOJE

UMA ESTRATÉGIA PARA O BRASIL — LUGAR DO BRASIL NO MUNDO	123
TRANSFORMAÇÃO DA DEFESA PARA AS NECESSIDADES DO BRASIL NO SÉCULO XXI.....	152
DEFESA NACIONAL: DESAFIOS EXTERNOS E INTERNOS	162
POLÍTICA E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA	165
AVIBRAS — AMBIÇÃO EXTERNA SEM PENSAMENTO ESTRATÉGICO	175
VIRAR A PÁGINA: RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES	178
BRASIL: DESERTO DE HOMENS E IDEIAS	181
BRASIL: PAÍS DO FUTURO.....	184
A ARTE DE FICAR CALADO.....	187

IDEOLOGIA E INTERESSE NACIONAL	190
A NOVA GEOPOLÍTICA GLOBAL E O BRASIL	193
UMA POLÍTICA EXTERNA PARA O MUNDO ATUAL	197
O BRASIL ESTÁ DE VOLTA	201
O ITAMARATY NÃO IMPROVISA	205
O ITAMARATY SOB PRESSÃO	208
O BRASIL E AS ELEIÇÕES NA VENEZUELA.....	212
RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS BRASIL-VENEZUELA SE AGRAVAM.....	216
COMÉRCIO EXTERIOR DE 1 TRILHÃO DE DÓLARES	219
RETA FINAL DO ACORDO MERCOSUL-UE	222
RESTRIÇÕES COMERCIAIS AOS PRODUTOS DO AGRONEGÓCIO	226
RETROCESSO NA POLÍTICA AMBIENTAL EUROPEIA	229
LEI DA SELVA NO MEIO AMBIENTE	232
INSEGURANÇA JURÍDICA VINDA DE FORA.....	236
A REUNIÃO DO G20 NO BRASIL.....	239
OS RESULTADOS DA REUNIÃO DO G20 NO BRASIL	242
BIOECONOMIA E O G20.....	245
O FUTURO DAS ENTIDADES EMPRESARIAIS E SINDICAIS	248
QUESTÃO PALESTINA	251
MARCHA DA INSENSATEZ	254
AVANÇO DA DIREITA NA EUROPA	258
NOVA ECONOMIA: GUERRA PELOS MINÉRIOS	261
ESQUIZOFRENIA POLÍTICA	264
SE A MODA PEGA... ..	267
O BRICS E O MOVIMENTO ANTIOCIDENTE.....	270
A NOVA DOCTRINA NUCLEAR DA RÚSSIA E O PLANO DE ZELENSKY	273
BRASIL É FOGO!	277
O BRASIL E AS MULTINACIONAIS CHINESAS	280
O CONFLITO RÚSSIA-UCRÂNIA E O MERCADO GLOBAL DO TRIGO	283

AMANHÃ

VAMOS DISCUTIR O BRASIL	289
UMA POLÍTICA PARA OS MINERAIS ESTRATÉGICOS	292
O BRASIL E A ROTA DA SEDA	295
OCDE: MENOS IDEOLOGIA E MAIS PRAGMATISMO	298
VULNERABILIDADES E OPORTUNIDADES.....	301
SOBERANIA DIGITAL	309
ESTADO LAICO EM QUESTÃO.....	312
OS CORREDORES BIOCEÂNICOS E O AGRONEGÓCIO.....	315
AUTORIDADE INTERNACIONAL PARA A HIDROVIA	320
DESAFIOS PARA O AGRONEGÓCIO	323
OCEANOS E MEIO AMBIENTE	326
PROJETO MEJURUÁ	329
ADMIRÁVEL MUNDO NOVO.....	332
BRASIL COMO POTÊNCIA MÉDIA REGIONAL	335
UM PLANO DE PAZ PARA O FUTURO	338
UMA GRANDE ESTRATÉGIA PARA O BRASIL.....	341
A ÍNDIA E O BRASIL — CAMINHOS PARALELOS.....	344
AS ELEIÇÕES NOS EUA E SEU IMPACTO GLOBAL E SOBRE O BRASIL	347
A NOVA DOCTRINA MONROE E O PT	350
HORA DA VERDADE	353
A COP30 NO BRASIL.....	356
REFERÊNCIAS	359

Amostra

APRESENTAÇÃO

A publicação desta coleção de artigos e estudos dá continuidade às três edições anteriores de trabalhos publicados entre 2009 e 2022.

Os artigos selecionados aqui cobrem o período de 2022 a 2024 e tratam de matérias relacionadas ao passado, presente e futuro do Brasil, em muitas áreas de interesse como política interna, defesa, agricultura, meio ambiente e política externa. A maioria deles foi publicada em minha coluna no Estadão, outros no Broadcast do Estadão e no Portal Interesse Nacional.

No capítulo sobre o passado, três ensaios, que apareceram em livros, foram incluídos nesta seleção. “A Política Externa de um País Independente”, no livro 200 anos de Independência do Brasil, organizado por Rita Biason e Roberto Livianu, editora Quartier Latin; “Os 200 Anos do Reconhecimento do Brasil pelos EUA”, parte do livro Uma Parceria Bicentenária: Relações Brasil-Estados Unidos, organizado por Fernanda Magnota, editado pela Fundação Alexandre de Gusmão (MRE); e “A Política Externa do Primeiro Ano do Governo Lula”, no livro O Brasil Voltou?, organizado por Daniel Buarque e Rubens Barbosa, editora Pioneira. Completam esse capítulo inicial o artigo sobre os bastidores da crise das urnas eletrônicas, além de um depoimento pessoal sobre a abertura da embaixada brasileira em Pequim há 50 anos, no ano em que celebramos o cinquentenário do restabelecimento da relação diplomática do Brasil com a China.

Cabe referência especial ao documento Estratégia de Segurança Nacional — O Lugar do Brasil no mundo, no capítulo sobre o presente. Trata-se de um trabalho concebido com o intuito de discutir o Brasil no momento de mudanças tectônicas no cenário internacional. A ideia é que esse trabalho — que segue a estrutura de documentos

semelhantes da Alemanha, dos EUA, da França, do Reino Unido, focando os objetivos nacionais, do ponto de vista de um país em desenvolvimento, potência média emergente — seja uma base inicial para permitir o começo da discussão sobre as perspectivas do Estado brasileiro e do país na totalidade, e não somente de setores da sociedade brasileira.

As transformações que estão ocorrendo nos dias de hoje na economia global e na ordem internacional colocam desafios significativos ao Brasil, diferente do que ocorreu com o fim da União Soviética e da queda do muro de Berlim. O fim da Guerra Fria tornou o mundo unipolar com uma única superpotência, os EUA, e a globalização abria oportunidades para todos os países com o liberalismo econômico e a expansão comercial. Agora, em um mundo dividido e fragmentado, inexistente uma potência dominante e emerge um cenário multipolar e uma crise dos organismos multilaterais. Nesse contexto, os desafios se multiplicam e tornam incerto e inseguro o cenário internacional e as perspectivas de médio e longo prazo. Todas as mudanças em curso estão acarretando um crescente grau de incerteza para todos os países. O Brasil não é uma exceção, mas, como alguns artigos evidenciam, essas transformações abrem grandes perspectivas para uma atuação propositiva brasileira, o que permitirá, caso isso ocorra, que o país, como uma das dez maiores economias do mundo, possa deixar de ser um país do futuro e ocupe efetivamente um lugar de realce na comunidade internacional. Para isso, será necessária a emergência de novas lideranças que entendam o que está acontecendo interna e externamente e que promovam uma verdadeira discussão para aproveitar as oportunidades que estão surgindo.

Muitos desses desafios são tratados na maioria dos artigos incluídos nos capítulos presente e futuro. Buscando analisar a atualidade,

os trabalhos procuram sempre enfatizar as questões do ponto de vista do Brasil. Em alguns casos, os artigos podem ser vistos como verdadeiros “policy papers”, com sugestões de políticas e atitudes que melhor atenderiam ao interesse nacional. Com as novas demandas globais e um momento conturbado com duas guerras e a crescente confrontação econômica, comercial e tecnológica entre os EUA e a China, foi ressuscitado o conceito de geopolítica e o de geoeconomia, sem o qual se torna difícil entender o que está ocorrendo no mundo.

A próxima eleição presidencial em 2026 será o momento de passagem do bastão para uma nova geração de políticos que se espera estejam atualizados e tenham uma compreensão das mudanças que estão ocorrendo no Brasil e no mundo.

Modestamente, essa coletânea procura contribuir para essa compreensão moderna do cenário doméstico e internacional e seus desafios e respostas pelo Brasil.

São Paulo, dezembro de 2025.

Rubens Barbosa

Amostra



ONTEM

Amostra

POLÍTICA EXTERNA DE UM PAÍS INDEPENDENTE

O objetivo desta reflexão é o de procurar mostrar como a política externa teve um papel de relevo na formação do Brasil a partir de sua independência. Por não ter qualificação específica, não se procura traçar a história da política externa desde o Grito do Ipiranga neste trabalho, mas fazer uma interpretação política da influência da diplomacia no encaminhamento de decisões e nas iniciativas definidoras dos rumos do país nos dois séculos do Brasil independente, nas diversas fases do Império e da República. A análise, em espaço limitado, requer poder de síntese e a escolha dos principais acontecimentos, políticas, tendências e personagens que, na visão do autor, deixaram sua marca ao longo da história.

A rigor, não podem deixar de ser mencionados fatos, ainda antes e durante o período colonial, nos quais a política externa de Portugal teve uma influência direta na conformação territorial do Brasil. O Tratado de Tordesilhas, de 1494, deu a forma e o tamanho inicial do país mesmo antes da chegada dos portugueses, e o Tratado de Madri, de 1750, onde a atuação de Alexandre de Gusmão — influente político nascido em Santos, servindo ao Rei D. João V, de Portugal — foi decisiva para estabelecer, em linhas gerais, o contorno do Brasil na época colonial. Muito antes de sua independência, o Brasil já se beneficiava da política externa da potência colonizadora, antecedendo o papel que a diplomacia exerceria nos acontecimentos nacionais a partir de 1822.

Poucos países podem demonstrar que sua política externa teve um papel tão essencial na definição de sua posição no mundo — e

até mesmo na condução de suas políticas econômicas e sociais — quanto o Brasil, desde o momento em que, livre do domínio colonial, passou a assumir (ou buscou assumir) a condução de seu próprio destino. Nesse contexto, é possível observar que, ao contrário do ocorrido na independência de outros países da América Latina e da África, raramente a diplomacia desempenhou um papel relevante na consolidação de sua soberania nacional.

Para tornar a análise mais fácil e mais objetiva, dividirei o transcurso histórico dos 200 anos de Brasil independente em dois momentos — o Império e a República — com suas diferentes fases e questões. Nessas duas etapas da história do Brasil emergem duas figuras políticas que tiveram um papel de grande relevo para a discussão e a resolução dos desafios que se colocaram para o país: José Bonifácio de Andrada e Silva e José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco.

Império

A Independência do Brasil de Portugal foi resultado não somente de uma luta nacionalista que existia nos principais centros, mas também de uma disputa em Portugal, onde as Cortes (Parlamento) estavam em confronto com o monarca reinante, Dom João VI, e pressionavam seu filho e Príncipe Regente na Colônia sul-americana, Dom Pedro, a voltar para a Europa e assumir o trono em Lisboa. Após discutir com seu pai o destino do Brasil e praticamente acertar com Dom João VI que o melhor caminho seria a independência da colônia, ao receber o comando das Cortes de Lisboa para voltar a Portugal, Dom Pedro, às margens do Ipiranga, toma a decisão de

declarar a independência de Portugal, propiciando a criação de um novo país.

Desde a elevação do Brasil a Reino e depois da Independência, as Cortes de Lisboa, em choque com Dom João VI, não pararam de criar problemas externos ao Brasil. À França, as Cortes ofereciam a margem esquerda do Rio Amazonas em troca do envio de tropas; a renovação do Tratado de Comércio com a Grã-Bretanha, em troca da garantia de manutenção do sistema colonial no Brasil; o abandono de Montevideú à Espanha, pela oposição à autonomia do Reino. As Cortes estavam também planejando ocupar Santa Catarina e estimular revoluções nas províncias do Norte, com apelo à rebelião de escravos.

A partir da Independência, começa a ação da política externa como um fator fundamental para os rumos que o Brasil iria tomar e consolida-se a influência de José Bonifácio de Andrada e Silva, último Secretário de Estado de Negócios Estrangeiros da Colônia, e primeiro Secretário de Negócios Estrangeiros no novo país. José Bonifácio, pouco antes da Independência, foi o responsável pela separação dos assuntos da Guerra dos relacionados com os negócios exteriores e quem deu sua primeira forma institucional ao que hoje é o Itamaraty.

O reconhecimento do Brasil como país independente, a integridade territorial, a afirmação de sua soberania e a formulação dos princípios básicos da política externa independente de Portugal foram alguns aspectos iniciais da ação internacional do novo país, ao mesmo tempo em que havia a tentativa de organização de forças unidas de Portugal e Espanha para continuar a manter o Brasil como um Reino unido, se possível, com o apoio da Grã-Bretanha. Também foram feitas gestões junto ao governo de Buenos Aires,

nas Províncias Unidas, renovando a proposta brasileira de formação de uma federação, apesar das diferenças em relação à província Cisplatina, para enfrentar a ameaça europeia. Ao mesmo tempo, fica evidente a visão americanista — pela apresentação de proposta de ação conjunta com os EUA contra a Europa — antes mesmo do enunciado da Doutrina apresentada por James Monroe em dezembro de 1823.

Desde o início, os formuladores da política externa viam o Brasil como uma “potência transatlântica” que não poderia aceitar subordinação aos interesses de potências estrangeiras, principalmente europeias, que, por seu poderio econômico e militar, eram as principais ameaças à consolidação do Brasil independente. Já nesse início da autonomia em relação a Portugal, a política externa, comandada por José Bonifácio, atuava com um pensamento mais amplo, procurando projetar os interesses do país em várias áreas: o essencial para a política externa do novo país era manter a unidade territorial e a soberania. Para isso, trabalhou para equipar as forças de defesa para resistir a alguns focos de resistência à independência e para defender efetivamente o território nacional; para desenvolver uma ação diplomática que procurasse preservar a autonomia decisória nacional a fim de evitar a dependência externa derivada de tratados e empréstimos; para o aproveitamento dos recursos econômicos para desenvolvimento do país; para organizar o serviço público voltado para a construção da Nação e para tentar reduzir a desigualdade social e as vulnerabilidades externas.

Nos 66 anos do período Imperial, em muitos momentos, a atuação na política externa foi essencial para a defesa da autonomia e dos interesses nacionais. Cabe ressaltar que, no tocante à formação territorial, ao contrário dos Estados Unidos e dos países da América Latina, o Brasil saiu da Colônia com seu território praticamente

completo (houve acertos posteriores no Império e na República). A partir da gestão do Visconde do Uruguai (1848–1853), o Brasil desenvolveu uma consistente política de fronteiras — baseada no “*uti possidetis*” e, só na ausência deste, nos tratados coloniais — que levou à assinatura de vários tratados bilaterais (Peru, Venezuela, Bolívia, Paraguai, Uruguai). Com todos os demais países, outros acordos foram negociados e Rio Branco completou todo o trabalho na República. Dentre os muitos exemplos desse efetivo engajamento da política externa, cabe ressaltar a instabilidade na região do Rio da Prata, a relação com a Grã-Bretanha (fim da escravidão e questão Christie), a relação com os EUA (imigração negra, confederados, Doutrina Monroe), fim do Império e o início da República.

As relações do Brasil com seus vizinhos no período inicial do processo de independência foram dificultadas pela situação de guerra interna em muitos países sul-americanos, pelas distâncias, pelas dificuldades de comunicação e, em especial, pelas desconfianças causadas pela existência de um sistema monárquico no Brasil. A relação entre o Brasil e a Argentina viu-se constantemente afetada pela rivalidade entre Portugal e Espanha e pela disputa do controle do Rio da Prata. A Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões (metade oeste do Rio Grande do Sul) ficaram com a Espanha, em 1777 (Tratado de Santo Ildefonso). Em 1801, tropas gaúchas invadem os Sete Povos, restabelecendo o equilíbrio do Tratado de Madri de 1750. A ocupação da Banda Oriental do Uruguai, em 1817, e a Colônia do Sacramento em frente a Buenos Aires, estimulavam a falta de confiança recíproca. José Bonifácio propôs a formação de uma confederação com os argentinos para juntos resistirem às pressões ibéricas, mas a ideia não prosperou. O Brasil foi o primeiro a reconhecer a independência argentina, mas no mesmo ano Dom João VI anexou a Província Cisplatina — o que provocou a guerra

entre os dois países entre 1825 e 1828 — e, ajudado pela interferência inglesa, foi assinada a Convenção Preliminar de Paz pela qual a Banda Oriental se tornou independente (“algodão entre dois cristais”). O Império e as Províncias Unidas reconheceram a independência do território que haviam disputado. Para ilustrar o grau de rivalidade, cabe lembrar um episódio pouco conhecido registrado nessa época, pelo qual, em 1826, com vistas a pôr fim às hostilidades entre as Províncias Unidas e o Brasil, aproveitando as incertezas ainda existentes em torno da independência brasileira, foi assinado um tratado entre o governo de Manuel Dorrego, em Buenos Aires, e mercenários alemães e irlandeses que se opunham à separação do Brasil de Portugal. O objetivo era sequestrar Dom Pedro I e levá-lo para Buenos Aires. Pode-se imaginar as consequências diplomáticas, políticas e militares, se a operação tivesse êxito. Assim, do ponto de vista diplomático, além de o Brasil ter tomado a iniciativa em direção a Buenos Aires, procurou a aproximação do governo isolacionista do Paraguai e fez gestos relacionados com a solução da questão Cisplatina.

A relação com a Grã-Bretanha foi dominante nas primeiras décadas depois da independência e uma das mais difíceis para a diplomacia imperial. Desde o esforço para o reconhecimento da Independência, após várias tentativas das Cortes portuguesas de buscar apoio de Londres à esquadra estacionada na Bahia para que atuasse a fim de impedir a separação de Portugal, passando pela ação para evitar a concessão de novos empréstimos leoninos ao Brasil e, sobretudo, a questão da escravidão pela pressão britânica para o Império pôr fim ao tráfico de escravizados. Apesar dessas questões e da pressão das Cortes, o governo de Londres, de forma pragmática e atendendo aos seus interesses comerciais e financeiros com o Brasil, finalmente reconheceu, em 1825, a independência do novo Estado, garantindo a